

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

BEATRIZ FERNANDES BRAGA

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

GOIÂNIA
2021

BEATRIZ FERNANDES BRAGA

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito de avaliação na disciplina EFI 1612 – Monografia II, sob orientação da Prof^a Ma. Luiza de Marilac Ribeiro Cardoso.

GOIÂNIA
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**ATA DA APRESENTAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2021 reuniram-se na sala de apresentação 1, às 18:00 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador(a): LUIZA DE MARILAC RIBEIRO CARDOSO

Parecerista: CLISTÊNIA PRUDENCIANA DINIZ

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – LICENCIATURA, do Acadêmico(a):

BEATRIZ FERNANDES BRAGA

Com o título:

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A

B

C

D

Coordenação do Curso de Educação Física.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, em especial ao meu filho Antony Fernandes e ao meu esposo Valber de Jesus. Em especial também a minha mãe Joana Amélia Fernandes e ao meu pai Baltazar Caetano que sempre me apoiaram de forma sábia, me motivando para o crescimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de estar concluindo um curso superior, permitindo superar obstáculos ao longo do curso.

Ao meu esposo Valber de Jesus que sempre me incentivou para que eu pudesse alcançar objetivos na minha vida e ao meu filho Antony Fernandes me fortalecendo para não desistir.

A minha mãe Joana Amélia Fernandes e ao meu pai Baltazar Caetano que me ajudaram financeiramente para que eu conseguisse concluir meu curso.

Às minhas irmãs Déborah Ruth, Gessica Fernandes e Maria Isadora Fernandes por sempre estarem ao meu lado.

A minha querida sobrinha Maria Vitória Fernandes que sempre me deu carinho nas horas das dificuldades.

A minha orientadora Luiza de Marilac, me proporcionando ser orientada com muita sabedoria, calma e confiabilidade.

RESUMO

Tendo em vista a inclusão social de alunos com Síndrome de Down nas escolas, o presente trabalho apresenta como a inclusão contempla as exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e é um importante aspecto a ser considerado pela escola, uma vez que traz inúmeros benefícios tanto para os alunos com a síndrome de Down, quanto para os demais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo recorte temático foi realizado em livros, dissertações, teses, trabalhos e artigos científicos baseados no tema e pergunta norteadora, sendo compilados dez artigos escolhidos e apresentados numa tabela. Traz como objetivo analisar o que é necessário para receber os alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física do ensino médio de forma inclusiva, além de explicar os benefícios que a inclusão pode trazer para estas crianças, caracterizar a síndrome, analisar qual a formação necessária do professor para atuação com alunos com Síndrome de Down e abordar metodologias mais adequadas para inclusão dos alunos portadores da síndrome de Down nas aulas regulares de educação física no ensino médio. Os resultados obtidos foram que a inclusão social é uma importante ferramenta no desenvolvimento dessas crianças, sendo neste caso fundamental a participação da família, além disso foi constatado que a inclusão mesmo que de forma lenta vem acontecendo nos últimos anos, sendo ainda necessário melhorias. Concluiu-se que a educação inclusiva traz benefícios significativos para a vida escolar e cotidiana dos alunos com Síndrome de Down, logo é fundamental que a cada dia seja buscado a melhoria do sistema educacional para que mais crianças possam ter acesso a uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação inclusiva. Educação Física.

ABSTRACT

In view of the social inclusion of students with Down Syndrome in schools, this paper presents how inclusion includes the requirements of the National Common Curriculum Base (BNCC) and is an important aspect to be considered by the school, since it brings numerous benefits both for students with the syndrome and for the other. This is a bibliographic research, whose thematic clipping was carried out in books, dissertations, theses, works and scientific articles based on the theme and guide question, compiled ten articles chosen and presented in a table. It aims to analyze what is necessary to receive students with Down Syndrome in high school physical education classes in an inclusive manner, in addition to explaining the benefits that inclusion can bring to these children, characterize the syndrome, analyze what training is needed by the teacher to work with students with Down Syndrome and address more appropriate methodologies for the inclusion of down syndrome students in regular classes physical education in high school. The results obtained were that social inclusion is an important tool in the development of these children, and in this case it is essential to participate in the family, in addition it was found that inclusion even if slowly has been happening in recent years, and improvements are still needed. It was concluded that inclusive education brings significant benefits to the school and daily life of students with Down Syndrome, so it is essential that each day is sought to improve the educational system so that more children can have access to an inclusive education.

Keywords: Down´s syndrome. Inclusive Education. Physical Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Porcentagem da população, por tipo e grau de dificuldade e deficiência....	13
Figura 2–Criança com Síndrome de Down.....	15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Diagnóstico clínico da SD baseado nas seguintes características.....	16
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Resumo de Artigos.....	24
----------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Síndrome de Down.....	13
2.1.1	Conceitos.....	13
2.1.2	Características da Síndrome de Down quanto aos aspectos morfofisiológicos e psicomotores.....	14
2.1.3	Diferentes padrões da Síndrome de Down.....	17
2.1.4	Síndrome de Down e os benefícios que a inclusão pode trazer.....	17
2.1.5	Análise da formação do professor para atuação com os alunos com Síndrome de Down.....	19
2.2	Educação física escolar.....	19
2.2.1	Conceitos de Educação Física Escolar.....	19
2.3	Inclusão.....	20
2.3.1	Metodologias indicadas para inclusão dos alunos portadores da Síndrome de Down nas aulas regulares de educação física.....	21
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	Linha e tipo de estudo.....	22
3.2	Procedimentos e técnicas metodológicas.....	22
3.3	Forma de análise.....	23
3.4	Técnica e Procedimento de Coleta de Dados.....	23
3.5	Resultados.....	23
3.5.1	Análise e Considerações.....	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Nas aulas de educação física escolar do ensino médio, os alunos com Síndrome de Down precisam de um trabalho diferente dos demais, necessitando de apoio maior dos professores, que por sua vez devem estar preparados acerca dos procedimentos metodológicos de trabalho específicos para proporcionar uma vivência apropriada para esses alunos, sem deixar de lado o aprendizado.

De acordo com Carmello (2019, p. 91), é necessária “uma maior aproximação entre os professores da sala de recursos e regular com objetivo de promover uma articulação de diferentes saberes relacionados a aprendizagem do aluno da Educação Especial. ”

Segundo a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, em seu Artigo 8º (BRASIL, 1989, p. 5), "a educação é um direito de todos. Negar matrícula em escolas públicas ou particulares é crime". No entanto, vale ressaltar que na prática, nem sempre as escolas e os professores encontram-se preparados para lidar com os casos especiais. A educação física é uma importante disciplina, por se tratar de uma matéria que associa o aluno à cultura corporal do movimento, trazendo inúmeros benefícios como interação social, respeito as limitações dos colegas, descoberta do corpo e dos movimentos.

A síndrome de Down (SD) é uma doença genética, quando acontece uma divisão celular irregular, sendo as crianças com SD menores em tamanho e seu desenvolvimento físico, mental e intelectual pode ser mais lento do que o de outras crianças da sua idade. Diante deste contexto se questiona: A escola e os professores estão preparados para receber os alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física do Ensino Médio?

Para estudo do tema têm-se como objetivo geral analisar o que é necessário para receber os alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física do ensino médio de forma inclusiva.

Deste modo, será buscado como objetivos específicos explicar os benefícios que a inclusão pode trazer para as crianças com Síndrome de Down; caracterizar a síndrome quanto aos aspectos morfofisiológicos e psicomotores; analisar qual a formação necessária do professor para atuação com alunos com Síndrome de Down; abordar as metodologias mais adequadas para inclusão dos alunos portadores da síndrome de Down nas aulas regulares de educação física no ensino médio.

O interesse e escolha desse tema se justifica pela necessidade de se entender e pesquisar como funciona a inclusão das pessoas portadores de Síndrome de Down nas escolas do ensino médio, assim como, a relevância e preparo dos professores e da escola para lidar da melhor forma com estes alunos, uma vez que a procura vem aumentando nos últimos anos e cabe aos profissionais da educação física buscar informações e capacitações.

A inclusão de pessoas com alguma síndrome vem sendo bastante valorizada na sociedade, mas ainda precisa ser aprimorada e apresentar algumas modificações e melhorias que devem ser buscadas e trabalhadas. São necessários mais recursos para uma melhor inclusão das pessoas com síndrome de Down no ensino regular. E por se tratar do assunto de inclusão, será de grande valor para os professores e para os pais das crianças portadoras de Síndrome de Down, pois possibilitará uma percepção e um ponto de vista mais amplo sobre o tema. Vale ressaltar que a inclusão social de alunos com Síndrome de Down é de interesse social de todos, já que esta não é uma síndrome rara, podendo estar presente na família de qualquer cidadão.

Na primeira sessão do referencial teórico será abordada a definição da Síndrome de Down, na segunda seção serão feitas abordagens sobre as características da Síndrome de Down quanto aos aspectos morfofisiológicos e psicomotores, já na seção três será discutida a importância da inclusão desses alunos nas aulas. Na seção quatro será realizada a análise da formação do professor para atuação com alunos com Síndrome de Down e por último, na seção cinco, será abordada as metodologias indicadas para inclusão dos alunos portadores da Síndrome de Down nas aulas regulares de educação física.

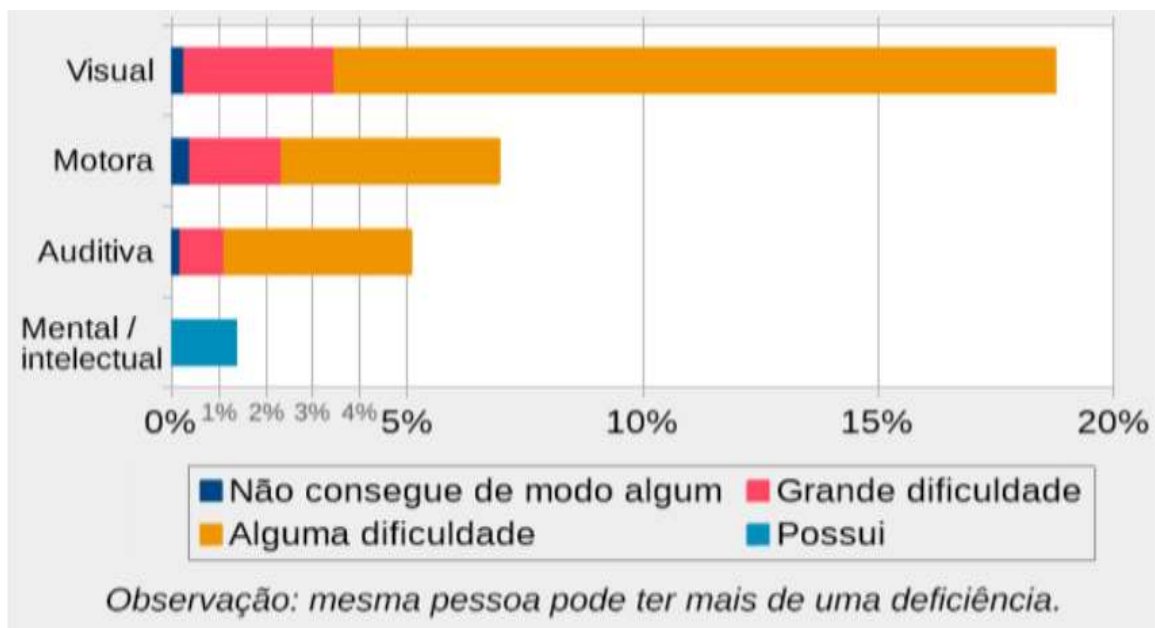
REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Síndrome de Down

2.1.1 Conceitos

Pelo Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem no Brasil 46 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Ao se considerar aqueles com grande ou total dificuldade nas habilidades investigadas, tem-se o correspondente a 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, ou seja, 6,7% da população. Desse total, 3,4% apresentam deficiência visual, 2,3% deficiência motora, 1,1% deficiência auditiva, 1,4% deficiência mental, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Porcentagem da População, por Tipo e Grau de Dificuldade e Deficiência



Fonte: IBGE (2010)

A Síndrome de Down (SD) é a “alteração genética mais comum entre os seres humanos” (BOTÃO *et al.*, 2013). Segundo o Ministério da Saúde (2013) síndrome trata de um conjunto de sinais comuns, já o termo Down é em referência ao médico pediatra inglês John Langdon Down que descreveu na literatura as características referentes das pessoas com SD, em 1866.

É caracterizada por uma anormalidade genética resultante da trissomia do cromossomo 21, que pode ocorrer tanto antes quanto após a formação da célula inicial. No caso da trissomia, esse número é alterado, sendo que cada célula possui 47 cromossomos, com a presença de três cromossomos de um tipo específico ligados ao par 21. Essa alteração genética se origina do óvulo em 95% dos casos e do espermatozoide, em 5% dos casos (SANTOS; FRANCESCINI; PRIORE, 2006, *apud* BOTÃO *et al.*, 2013).

“As pessoas com SD são mais propícias ao desenvolvimento de algumas doenças, redução muscular, deficiência intelectual e possuem características que os distinguem das outras pessoas” (STRAYGUNDERSEN, 2007 *apud* MUSSATO, 2017, p. 21).

Segundo Mussato (2017) as crianças com Síndrome de Down apresentam dificuldade no aprendizado da linguagem, cognição e comunicação, além disso apresentam atraso no desenvolvimento motor e estatura, afetando tanto no crescimento quanto no ganho de peso.

John Langdon Down (1866), *apud* ALVES (2018, p.13) apresentou cuidadosa descrição clínica da síndrome, dizendo que:

Trata-se de um representante da grande raça mongólica. O cabelo não é negro como o dos verdadeiros mongóis, mas de cor castanha, liso e escasso. A face é plana, alargada e desprovida de proeminências. As bochechas são redondas e estendidas lateralmente. Os olhos são situados obliquamente e as comissuras internas dos mesmos distam entre si mais que o normal. A fenda palpebral é muito estreita (...) os lábios são grandes, grossos e com pregas transversais. A língua é comprida, grossa e rugosa. O nariz é pequeno. A pele tem uma tonalidade amarelada e sua elasticidade é escassa.(DOWN, 1866, *apud* ALVES, 2018, P. 13).

2.1.2 Características da Síndrome de Down quanto aos aspectos morfofisiológicos e psicomotores.

No início do século XX, segundo Schwartzman (2003, *apud* MUSSATO, 2017, p.18), “a expectativa de vida de indivíduos que nasceram com SD não era maior do que uma década de vida. Felizmente, hoje em dia, devido aos avanços tecnológicos e da medicina, indivíduos com essa condição podem viver por mais 60 anos com qualidade”. Isso decorre do desenvolvimento das áreas médicas, principalmente no

que diz respeito às cirurgias cardíacas. De acordo com Schwartzman (2003), *apud* MUSSATO (2017, p.12)

Tanto o comportamento quanto o desenvolvimento cognitivo não está exclusivamente relacionado à sua alteração cromossômica, mas sim ao restante do seu potencial genético e, principalmente, ao estímulo social que recebe do contexto sociocultural a qual está inserida.(SCHWARTZMAN, 2003, *apud* MUSSATO, 2017, P.12).

Não é possível determinar autonomia na vida adulta de um paciente com SD, uma vez que dependerá de diferentes aspectos. Sendo assim, é importante saber que a criança com SD é capaz de desenvolver como qualquer outra criança, desde que tenha os estímulos adequados nas áreas da saúde, educação e inclusão social, a fim de que seja garantido não só autonomia na vida adulta, como também qualidade de vida. Segundo Bissoto (2005), *apud* BUTZKE (2018, p.26)

Algumas peculiaridades estão presentes nos alunos com síndrome de Down como a habilidade cognitiva de compreensão mais desenvolvida do que a expressão, sendo que estas crianças quando expostas a linguagem alternativa não-verbal demonstram-se menos frustradas por desempenhar melhor a comunicação e conseqüente relação interpessoal.(BISSOTO, 2005, *apud* BUTZKE, 2018, P. 26).

Segundo o Ministério da Saúde (2013) O diagnóstico da SD pode ser feito de forma clínica e laboratorial. No exame clínico é observado pelo médico as características físicas da criança, como mostrado na Imagem 1, sendo que nem todas as características físicas são exclusivas da síndrome, assim como o paciente não apresenta necessariamente todas as características. Já o diagnóstico laboratorial é feito através do estudo genético. O cariógrama é responsável por representar o conjunto de cromossomos nas células de um indivíduo.

Imagem 1–Criança com Síndrome de Down



Fonte: Ministério da Saúde (2013)

Segundo as diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down publicada pelo Ministério da Saúde (2013), é característico da síndrome pregas palpebrais oblíquas para cima, *epicanto* que se trata de prega cutânea no canto interno do olho, hipotonia, união das sobrancelhas denominada *sinófris*, base nasal plana, protusão lingual, face aplanada, frouxidão ligamentar, pavilhão auricular pequeno, retrognatia, cabelo fino, orelhas de implantação baixa, excesso de tecido adiposo no dorso no pescoço, o quinto dedo da mão é curvo, em geral apresentam dedos curtos que é denominado como *branquidactilia*, afastamento entre o primeiro e segundo dedo do pé, prega palmar única transversa, diástase dos músculos dos retos abdominais e hérnia umbilical (Quadro 1).

Quadro 1 –Diagnóstico Clínico da SD Baseado nas Seguintes Características

Exame Segmentar		Sinais e sintomas
Cabeça	Olhos	Epicanto
		Fenda palpebral oblíqua
		Sinófris
	Nariz	Ponte nasal plana e nariz pequeno
	Boca	Palato alto
		Hipodontia
	Forma	Protusão lingual
	Cabelo	Braquicefalia
Orelha	Fino, liso e de implantação baixa	
	Pequena com lobo delicado	
Pescoço	Tecidos conectivos	Implantação baixa
		Excesso de pele no pescoço
Tórax	Coração	Excesso de tecido adiposo no dorso do pescoço
		Cardiopatia
Abdome	Parede Abdominal	Diástase do músculo reto abdominal
	Cicatriz umbilical	Hérnia umbilical
Sistema Locomotor	Superior	Prega palmar única
		Clinodactilia entre 1º e o 2º dedo do pé
	Inferior	Distância entre o 1º e o 2º dedo do pé
		Hipotonia
Desenvolvimento Global	Tônus	Frouxidão ligamentar
		Déficit pondero-estatural
		Déficit psicomotor
		Déficit intelectual

Fonte: Próprio autor adaptado de (Committee on genetic of American Academy of Pediatrics, 2011).

2.1.3 Diferentes padrões da Síndrome de Down

Segundo Jorde *et al.* (2004) nos casos de Síndrome de Down faz-se uma leitura genética de cada indivíduo para verificar qual são as alterações apresentadas, sendo assim, não se pode definir graus de Síndrome de Down. As alterações podem ser de três tipos, sendo elas:

- trissomia livre: ocorre quando é identificado a trissomia do cromossomo 21 em todas as células. Esta alteração ocorre em 92% dos casos.
- Síndrome de Down por mosaicismo: nem todas as células apresenta a trissomia, podendo neste caso as características variarem de acordo com o número de células com a trissomia. Para esta alteração são registrados entre 3% a 4% dos casos.
- Translocação: relacionado a herança genética, logo observa-se que as células possuem 46 cromossomos, contudo o material genético do cromossomo 21 adere-se ou transloca para outro cromossomo, sendo assim, o indivíduo continua com dois cromossomos 21 e este material também é encontrado em outros cromossomos, o que dá ao paciente características da alteração genética. Este é responsável por 3% a 4% dos casos.

2.1.4 Síndrome de Down e os benefícios que a inclusão pode trazer

De acordo com Brasil (2000), *apud* MUSSATO (2017, p. 25):

A Constituição Federal Brasileira de 1988 rege pelos direitos fundamentais, saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte são direitos dos cidadãos, assim organizando o funcionamento do país, servindo como garantia dos seus direitos e deveres. (BRASIL, 2000, *apud* MUSSATO, 2017, p. 25).

De acordo com a Constituição de 1988, no artigo 205, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123).

Segundo Mussato (2017, p. 25) “para reafirmar o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira (LDB, 9394/96), legislação que regulamenta o sistema educacional público e privado”.

Ainda segundo Mussato (2017) é na escola que as crianças e adolescentes desenvolvem o senso crítico, formam opiniões e identidade, isto é, a escola é o principal transformador dos indivíduos.

O papel da escola segundo Brunoni e Schawartzman (2012 *apud* MUSSATO, 2017, p. 26) “é ser inclusiva, ou seja, é encargo de a escola acolher esse público, e dar a assistência de acordo com a necessidade de cada um, incluindo novos métodos, de maneira em que auxilie no desenvolvimento e amplie o conhecimento”.

E é possível destacar que a inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down é de suma importância para o conhecimento, a interação e contudo, para a formação pessoal desse indivíduo.

Segundo Mantoan (2006), *apud* MUSSATO (2017, p. 28)

É preciso redefinir o planejamento educacional para uma educação global, cidadã, sem preconceitos e que perceba e valorize as diferenças, ou seja, uma educação contrária à visão determinista, mecanicista, formalista e reducionista. Desse modo, o paradigma educacional do formalismo da racionalidade será desfeito e surgirão novas possibilidades de educação para todos.(MANTOAN, 2006, *apud* MUSSATO, 2017, P. 28)

Já para Fonseca (1987), *apud* MUSSATO(2017, p. 29)

A integração é o combate mais adequado a institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração implica sempre um benefício imediato educacional e social para a criança pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais, de escolas especiais é uma aberração que se deve eliminar. Quando falamos de integração, no fundo queremos dizer interação, isto é, interação entre os deficientes e os não deficientes. Só quando se atingir uma interação constante entre os deficientes e os não deficientes se pode falar numa política de integração. Nenhuma razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.(FONCESCA, 1987, *apud* MUSSATO, 2017, P. 29).

Além de beneficiar as crianças com SD na inclusão escolar, as demais também são beneficiadas em relação ao convívio, conhecimento e respeito com àqueles que apresentam a Síndrome de Down, sendo está uma oportunidade de convivência e aprendizado entre as crianças.

2.1.5 Análise da formação do professor para atuação com os alunos com Síndrome de Down

Segundo Mantoan (2006 *apud* MUSSATO, 2017, p. 30) “os professores se queixam de não estar preparados ou não ter sido preparados para o processo de inclusão escolar”. Observa-se com isto que o despreparo dos professores dificulta o desenvolvimento da diversidade dos alunos na escola, tal fato acontece pela formação precária dos educadores em relação ao assunto e a ausência de iniciativa governamentais.

“A falta de preparo de profissionais e carência de recursos na infraestrutura da escola representam grandes dificuldades enfrentadas por professores de Educação Física na promoção da inclusão” (FERRAZ *et al.*, 2010; LEONARDO *et al.*, 2009; MONTEIRO *et al.*, 2008 *apud* MUSSATO, 2017, p. 30).

Segundo Bissoto (2005), *apud* BUTZKE (2018, p. 24)

Por parte do profissional de Educação Física, assim como de outras áreas, é importante o conhecimento geral dos perfis que esses alunos podem apresentar no intuito de reconhecê-los diante da prática de ensino e desenvolver uma melhor didática de acordo com a adaptação das atividades. (BISSOTO, 2005, *apud* BUTZKE, 2018, P.24).

2.2 Educação Física Escolar

A educação física escolar se torna obrigatória como disciplina básica na escola, a partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96, que se trata da educação Nacional.

2.2.1 Conceitos de Educação Física Escolar

“A educação física escolar pode ser definida como disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o” (CONFEEF, 2002).

Na lei nº 9.394/96 no parágrafo terceiro e artigo 26 (BRASIL, 1996, p. 5), a educação física deve ser considerada como parte integrante da proposta pedagógica da escola e não obrigatória. Isto foi alterado a partir da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, editada em 2017. O que é considerada um importante passo para

a área, uma vez que a obrigatoriedade da disciplina ressalta a importância da mesma na formação acadêmica e cidadã dos alunos.

Segundo Butzke (2018) deve-se buscar com a educação física escolar atender a todos os alunos, considerando com isto as necessidades especiais ou não, as potencialidades sem tornar uma disputa coletiva. Deste modo, busca-se estimular os alunos a conhecerem suas possibilidades, superar limites através de diferentes atividades. Logo, segundo Confef (2002) é importante que o professor busque desenvolver o interesse dos alunos pela disciplina, buscando sempre definir finalidades e objetivos específicos que auxilie na formação dos alunos de forma interdisciplinar.

2.3 Inclusão

De acordo com a Lei nº 9.394 /1996, em seu artigo 4 inciso III (BRASIL, 1996) é de dever do Estado garantir atendimento educacional especializado a todos os alunos com necessidades especiais. Com a revisão da lei em 2017 o termo necessidade especial foi ampliado, passando a considerar educandos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal.

Segundo o artigo 7 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) é estabelecido como compromisso de o Estado assegurar às crianças com deficiência todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Além disso, pode-se verificar o reconhecimento e valorização da diversidade humana, uma vez que explicita o direito à educação em sistemas educacionais inclusivos.

Na resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação é instituído as diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade educação especial, sendo dever dos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado.

Já na resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação fica estabelecida as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, sendo considerado no artigo 8, parágrafo 1 inciso VII que sejam asseguradas às crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos.

2.3.1 Metodologias indicadas para inclusão dos alunos portadores da Síndrome de Down nas aulas regulares de educação física.

As instituições de ensino, de acordo com Costa (2016 *apud* MUSSATO, 2017, p. 38) “rotulam seus alunos, intitulam seus professores em especialistas e separam os educandos por modalidades de ensino, porque na verdade as escolas estão marcadas por uma visão determinista, mecanicista, formalista e reducionista”.

Desta forma, segundo Butzke (2018, p. 18) “é fundamental que o profissional que lide com os portadores da SD, saiba que cada indivíduo com a síndrome pode ter limitações e desenvolvimentos diferentes uns dos outros”.

Segundo Vygotsky (1998 *apud* BUTZKE, 2018, p. 18) “das crianças em geral, não se pode esperar uniformidade nem na qualidade, nem no ritmo de aprendizagem, seja individual ou coletivo, mesmo que todas partam do mesmo grau de avaliação de inteligência [...]”.

Para Sales *et al.* (2015), *apud* BUTZKE (2018, p. 24)

Em relação aos recursos didáticos adotados, foram enfatizados o estímulo do relacionamento interpessoal entre os alunos da turma, conversa entre o grupo, adaptação de atividades com jogos, esportes e danças para o desenvolvimento comum, respeitando as limitações e garantindo a interação como objetivo principal. (SALES *et al.*, 2015, *apud* BUTZKE, 2018, P. 24)

Segundo Seabra (2012), *apud* BUTZKE (2018, p. 28)

O professor precisa estar seguro de que o aluno compreendeu a tarefa, mantendo uma comunicação clara e objetiva, despertando interesse e motivação e ajudar, quando necessário, na realização de algum movimento. É importante oferecer um conteúdo lúdico que exponha o aluno a situações de como lidar com seus fracassos e êxitos execução de atividades e auxílio no enfrentamento de dificuldades motoras. (SEABRA, 2012, *apud* BUTZKE, 2018, P.28).

Para uma inclusão de qualidade e com a organização das escolas, é necessário que as instituições de ensino e os professores estejam preparados para atender todos os alunos sem que haja qualquer tipo de discriminação e exclusão, tanto educacional, quanto social.

3 METODOLOGIA

3.1 Linha e tipo de estudo

A linha de pesquisa adotada para o trabalho é a da Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais, já que aborda questões sociais envolvidas na prática da educação física em escolas. De acordo com NEPEF (2014, p.9), por meio da linha de pesquisa escolhida,

Os objetivos de estudos vinculam-se às relações constituídas entre a Educação Física e as metodologias de ensino aplicadas no âmbito escolar e não escolar, assim como a gestão destes espaços de intervenção. Estabelece o debate sobre o corpo, a cultura, o lazer, a história, entre outros temas que possibilitem a contextualização mais ampla desta área de conhecimento, analisando-a através das influências da sociedade sobre os diferentes temas da cultura corporal. NEPEF (2014, p.9).

A pesquisa se classifica como bibliográfica. De acordo com Macedo (194, p. 13) a pesquisa bibliográfica é “a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, artigos de revistas, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas.”

Segundo Thiollent (1986, p.25) “a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessárias ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados oportunos”. Deste modo, para atingir os objetivos propostos foi selecionado o método do estudo bibliográfico afim de desenvolver os conhecimentos sobre o tema.

3.2 Procedimentos e técnicas metodológicas

Para realização desse estudo bibliográfico serão usados livros, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos baseados no tema e pergunta norteadora. As produções científicas serão pesquisadas em meios digitais como repositórios da Pontifícia Universidade Católica, Universidade Federal de Goiás e Universidade de Brasília, além do Google Acadêmico, o Portal de periódicos da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online*(SciELO).

3.3 Forma de análise

A análise dos dados se dará de forma qualitativa. Para Flick (2009) trata-se de uma metodologia exploratória de teor subjetivo do objeto estudado. Logo, será realizada a análise crítica e reflexiva considerando a relação da produção científica com o objeto de estudo em questão. Para Flick (2009, p.20) “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”.

Para a realização do estudo bibliográfico serão selecionados os documentos através da proximidade do título com o tema, bem como trabalhos que abordem a temática do presente trabalho no resumo e na produção íntegra. Após isso, será feita a catalogação dos trabalhos selecionados e a seleção das informações pertinentes. Por fim, será realizada a síntese dos resultados obtidos e apresentação destes.

3.4 Técnica e Procedimento de Coleta de Dados

Para esse estudo, determinou-se como critérios de inclusão apenas artigos em português, envolvendo os descritores Educação inclusiva, Síndrome de Down e aulas de educação física, dentro de um recorte temporal abrangendo os últimos 20 anos. Foram encontrados e analisados 21 artigos com essa mesma temática. À partir da leitura dos resumos destes, foram selecionados 17 artigos para ser feita uma leitura na íntegra e daí foram escolhidos 10 artigos para compor este estudo.

3.5 Resultados

A seguir vem apresentado em forma de tabela os resultados obtidos após a análise e leitura dos 10 artigos selecionados, onde apresenta-se as contribuições para a discussão da problematização e dos objetivos inicialmente propostos neste estudo. Os artigos estão organizados em ordem cronológica, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Resumo de Artigos

Autores	Tema	Metodologia	Objetivo	Resultado	Conclusão
SAAD, Suad Nader, 2003.	Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down.	Pesquisa de campo, com uma amostra de 10 jovens de uma Escola Especial de um bairro de classe média da cidade de São Paulo.	Investigar a trajetória escolar e social que possibilitou o desenvolvimento do potencial cognitivo de jovens com Síndrome de Down.	Observou que os alunos não apresentavam um aprendizado uniforme. Todos apresentaram habilidades significativas em outras áreas, além disso o interesse foi fundamental para o desenvolvimento destes alunos, bem como estímulos externos como música ou interação com familiares.	A deficiência não incapacita o sujeito na sua totalidade, sendo a família uma importante influência no desenvolvimento.
COSTA, Francinelly Messias Montalvão, 2010.	A inclusão do aluno com Síndrome de Down no ensino regular e a relação professor e família no processo educacional.	Trata-se de um estudo bibliográfico realizado na cidade de Aparecida de Goiânia.	Compreender a Síndrome de Down e questionar a questão da inclusão desta criança na rede regular de ensino.	Foi observado melhora na vida diária dos alunos e melhora na autonomia.	O autor concluiu que a educação de crianças com Síndrome de Down é possível, apesar de complexa, visto que através dela é que se pôde observar as melhorias na vida diária e na autonomia dos alunos.
COSTA, Laurinda do Nascimento, 2011.	A inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down: um estudo de caso.	Estudo de caso, contando como amostra uma criança que estuda em uma escola pública do Distrito Federal, sua mãe, três colegas, professores e monitor.	Identificar, relatar e analisar aspectos relativos ao processo de inclusão de um aluno com Síndrome de Down.	Os resultados observados são melhora da interação social, adaptação ao contexto escolar, reconhecimento do processo de aprendizagem e apoio ao	A autora concluiu que a inclusão escolar permite o desenvolvimento de habilidades pela criança, melhora da socialização, importância entre interação

				trabalho do professor.	da família com a escola.
ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison, 2012.	A participação de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: Um estudo de caso.	Estudo de caso, com a participação de 33 alunos da terceira série sem deficiência e um aluno com SD do sexo masculino com nove anos de idade. A pesquisa foi realizada em uma escola pública estadual situada no município de Campinas, São Paulo.	Observar a realidade da inclusão da criança com Síndrome de Down nas aulas de educação física escolar.	O aluno com SD apresentou dificuldades para participar socialmente junto à turma, embora não tenha apresentado dificuldades para compreensão e execução das atividades propostas em aula.	Durante o estudo pode-se concluir que há pontos falhos no processo de inclusão desta escola, uma vez que pode ser observado o comportamento de isolamento e não envolvimento em nenhuma das atividades propostas pelos colegas pelo aluno com SD.
MUSSATO, Luanna Nayara Silva, 2017.	A inclusão escolar dos alunos com Síndrome de Down.	A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo com a participação de 18 pais de alunos com SD, através de um questionário online com onze questões, disponibilizado na internet por quatro semanas.	Pesquisar o desenvolvimento da criança com alteração genética na vida escolar.	A análise dos dados identificou que grande parte das escolas tem uma estrutura física adequada, contudo há por parte dos docentes uma grande dificuldade em educá-los.	Pode-se concluir que as escolas públicas ou privadas brasileiras ainda precisam melhorar o sistema educacional, infraestrutura e estrutura humana.
BUTZKE, Elaine Botam, 2018.	A inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física: uma análise bibliográfica sobre a inclusão de crianças nas escolas.	Foi feito uma Pesquisa bibliográfica, na universidade de Vitória – ES.	Analisar como a produção científica existente sobre o trabalho de profissionais de educação física na inclusão de crianças com SD nas escolas no Brasil tem contribuído para adequação dos profissionais que se utilizam desse	Os estudos indicaram que existem fragilidades no trabalho realizado pelo professor de educação física no que diz respeito às práticas pedagógicas adotadas com os alunos com deficiência.	A inclusão dos alunos com SD nas aulas de educação física é fundamental para integração física prática e cooperativa e deve estar vinculada a realidade social e cotidiana de cada aluno.

			conteúdo teórico nas aulas.		
SILVA, Franciely Oliveira da; NASCIMENTO, Hérica Campelo do; SOARES, Miguel Henrique, 2018.	Inclusão escolar para crianças com Síndrome de Down.	Estudo de campo, realizado com três mães de crianças com síndrome de Down que estavam matriculados em escolas de ensino regular, do município da Serra no Espírito Santo.	Investigar quais as dificuldades dos pais das crianças com SD, encontram ao tentar incluí-las em ensino regular.	A estrutura da escola e facilidade de matrícula variou de acordo com cada resposta. No entanto, o despreparo dos profissionais foi unânime nas respostas.	É necessárias melhorias em vários aspectos das escolas para serem consideradas totalmente inclusivas.
SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues; NASCIMENTO, Deisiane Aviz, 2018.	A inclusão escolar e o aluno com Síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem.	Foi realizada uma pesquisa de campo com metodologia do tipo estudo de caso, com a participação de nove professores da sala regular com um aluno com SD e uma professora da sala de recurso multifuncional, em uma escola municipal de ensino fundamental do 6º ao 9º ano no município de Augusto Corrêa, Pará.	Compreender a percepção dos professores sobre a inclusão escolar de alunos com SD no que se refere às adaptações curriculares e o processo avaliativo.	Nos resultados alguns professores indicaram fazer adaptações de conteúdo e atividades, enquanto outros não fazem nenhum tipo de adaptação. Enquanto nas avaliações, foram identificadas três respostas, sendo um grupo que faz avaliações adaptadas, outro faz avaliação das atividades cotidianas enquanto o último grupo não realiza avaliação.	Os autores concluíram que a inclusão, na realidade educacional, é um processo com avanços e retrocessos, precisando de uma política com ações mais direcionadas às situações do contexto escolar.
COSTA, Vaniele Barbosa, 2019.	Inclusão escolar: os processos de escolarização de alunos com Síndrome de Down;	Estudo de caso, realizado em uma escola no município de Nova Cruz – RN. Contou com a participação de três professores, uma coordenadora	Descrever concepções e práticas pedagógicas direcionadas aos alunos com Síndrome de Down em uma escola da	Como resultado foi avaliado que as maiores dificuldades encontradas são a falta de formação adequada dos professores e	Foram vistas diferentes concepções de inclusão dos docentes e discentes acerca da inserção dos estudantes com SD nos

		pedagógica e dez alunos.	rede particular.	o oferecimento de suporte e serviços proporcionado pela escola.	processos de escolarização regulares, sendo o apoio familiar um dos principais aspectos facilitadores para inclusão social destes alunos.
SOUSA, Marciana Vieira de. SILVA, Izabel Rodrigues da. SILVA, Rafael Soares, 2020.	Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil.	Trata-se do estudo de caso, como participantes professores da Educação Infantil de uma CMEI do município de Timon, Maranhão.	Identificar as concepções teóricas sobre inclusão na educação infantil, observar as metodologias utilizadas pelos professores e verificar as dificuldades encontradas pelos professores.	Através dos dados foi possível chegar a cinco categorias de análise que são: concepções de inclusão, metodologias favoráveis à inclusão de crianças com Down, dificuldades encontradas no desenvolver do ensino inclusivo, estrutura física e de pessoal da escola para acolher esses alunos e a questão dos cursos de formação continuada na prática inclusiva.	É evidenciado que a cada dia vem acontecendo, mesmo que de forma lenta, a inclusão dos alunos com SD e que as dificuldades estão ficando no passado possibilitando assim o aprendizado desse aluno.

Fonte: Próprio Autor

3.5.1 Análise e Considerações

O primeiro artigo, de Saad (2003), sob o tema "A preparação do caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down" traz como resultado a observação de que os alunos não apresentavam um aprendizado uniforme, ou seja, cada um aprendendo a seu tempo individual, porém todos apresentaram habilidades significativas em outras áreas, tendo um interesse fundamental para o desenvolvimento destes alunos. Foi verificado também que os estímulos externos como música ou interação com familiares, ofereceu condições favoráveis para melhoria de algumas habilidades. O que pode confirmar a hipótese de que a participação da escola e da família é essencial para o desenvolvimento destes alunos, contribuindo assim com habilidades tanto de convivência quanto com as atividades diárias que são reforçadas em casa. Isso pode ser comparado às palavras de Rodrigues (2006) que afirmou que a inclusão não é dever só da escola, mas também responsabilidade social, que envolve escola, trabalho e família.

O segundo artigo, de Costa (2010) traz como tema "A inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular e a relação professor e família no processo educacional" e através do estudo bibliográfico como resultado que a educação de crianças com Síndrome de Down é possível, apesar de complexa, visto que através dela é que se pôde observar as melhorias na vida diária e na autonomia dos alunos. Além disso, a autora também reforça a importância do apoio mútuo entre escola e família, o que reforça a tese de que a inclusão social é formada por um conjunto de ações em diferentes ambientes para que seja reforçado o senso de pertencimento social destes alunos. Para reforçar essa afirmação, tem-se as palavras de Mussato (2017), quando afirma que a inclusão deve englobar a família a partir de orientação pedagógica e acompanhamento de profissionais de saúde.

Sob o tema "A inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down: estudo de caso", Costa (2011) apresentou como resultado que nos últimos anos houve melhora da interação social, adaptação ao contexto escolar, reconhecimento do processo de aprendizagem e apoio ao trabalho dos professores que trabalham na inclusão social. Isto demonstra a importância das leis de inclusão, que segundo Junior *et al.* (2011) garantem a inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino regular, além dos avanços de estudos na área. Assim, pode-se observar uma mudança nas escolas e na atitude de professores, pais e alunos, o que é afirmado por

Júnior *et al.* (2011) que integrar significa a mudança de postura da escola, na forma de perceber o aluno e na preparação sistemática do professor.

No trabalho de Alves *et al.* (2012), quarto artigo dessa tabela, é discutido sobre o tema “A participação de alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso”. Os autores através de um estudo de caso perceberam que os alunos apresentaram dificuldades para participar socialmente junto à turma, embora não tenham apresentado dificuldades para compreensão e execução das atividades propostas em aula. Este fato, mostra que embora ainda tenha tido avanços na inclusão social, ainda há alguns desafios que podem ser enfrentados e que não são todas as escolas preparadas para receber estes alunos. Segundo Smeha *et al.* (2014) a falta de coerência entre as práticas na escola e o discurso da política faz com que as mães fiquem inseguras sobre o ambiente de inclusão para os filhos. Além disso, de acordo com o autor a lei de inclusão obriga as escolas a aceitarem as crianças sem distinção, sem que ocorra a sistematização do processo, levando assim a cada instituição agir a sua maneira considerando as suas especificidades e não as necessidades escolas da criança com Síndrome de Down.

O quinto artigo, de Mussato (2017) sob o tema “A inclusão escolar dos alunos com Síndrome de Down”, traz como resultado que parte das escolas tem uma estrutura física adequada, contudo há por parte dos docentes uma grande dificuldade em educá-los. O que pode confirmar a hipótese de que, apesar dos avanços nos últimos anos ainda são necessárias ações que melhorem o processo de inclusão social, principalmente no que diz respeito ao preparo de funcionários. Segundo Castro *et al.* (2009) é necessário fortalecer informações sobre as especificidades dos sujeitos que têm necessidades educacionais especiais, a fim de que ocorra o afastamento dos preconceitos, a concretização de posturas e ações centradas na intervenção. Além disso, segundo Castro *et al.* (2009) a conscientização dos educadores é de extrema importância, já que possibilita o incremento no processo educacional e no investimento em ações metodológicas que promovam a criatividade e momentos que melhorem a qualidade de vida.

O sexto artigo, de Butzke (2018) tem como tema “A inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física: uma análise bibliográfica sobre a inclusão de crianças nas escolas”, traz como resultado a existência de fragilidades no trabalho realizado pelo professor de educação física no que diz respeito às práticas pedagógicas adotadas com os alunos com deficiência. Isto confirma, a hipótese de

que é necessário a informação e especialização por parte dos professores para lidarem com estes alunos, uma vez que os mesmos apresentam certo nível de dificuldade em relação aos professores. Para Anhão (2009) alunos com SD podem apresentar dificuldade em responder adequadamente às solicitações dos professores dentro do contexto escolar, o que pode diminuir a quantidade e qualidade de experiências sociais, sendo neste caso fundamental o preparo adequado do professor para saber lidar com a situação, além de buscar metodologias que permita a interação entre todos os alunos.

Sob o tema “Inclusão escolar para crianças com Síndrome de Down”, de Silva *et al.* (2018) é trazido como resultado o despreparo dos professores, isto reforça a hipótese de que são necessárias melhorias nas escolas quanto aos profissionais para se tornarem totalmente inclusivas. Para Salles *et al.* (2015), é necessário o auxílio de outros profissionais, como psicólogos, por exemplo, além da construção de salas multimeios e recursos que auxiliem o trabalho dos professores e promoção de atividades de formação continuada de profissionais da área.

No trabalho de Sousa *et al.* (2018) é discutido o tema “A inclusão escolar e o aluno com Síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem”. Os resultados alcançados foram de que alguns professores fazem adaptações enquanto outros não, além disso os alunos são avaliados de formas diferentes, concluindo que há avanços e retrocessos, sendo necessárias ações mais direcionadas às situações do contexto escolar. Logo, para Castro *et al.* (2009) para efetivar a inclusão é necessária a elaboração de políticas públicas educacionais que prevejam a formação continuada dos professores, a fim de que conheçam as potencialidades e necessidades dos alunos e resinifiquem as intervenções, além de ser garantida a efetiva operacionalização do suporte pedagógico. Deste modo, o currículo da escolar regular deve ser adaptado em relação às pessoas com Síndrome de Down.

No nono artigo, de Costa (2019) sob o tema “Inclusão escolar: os processos de escolarização de alunos com síndrome de Down”, traz como resultado que as maiores dificuldades enfrentadas são a falta de formação adequada dos professores e o oferecimento precário de suporte e serviços proporcionados pela escola. Isto reforça a tese de que não há uma homogeneidade na qualificação dos professores quanto a inclusão social, principalmente quando diz respeito às escolas públicas e do interior. De acordo com Castro *et al.* (2009) é necessário que o professor conheça e

estímule capacidades de desenvolvimento desses alunos, além disso é preciso a elaboração de políticas educacionais que prevejam a formação continuada dos professores.

O artigo de Sousa *et al.* (2020), sob o tema “Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil”, foi trago como resultado que a inclusão acontece mesmo que de forma lenta, o que apresenta pontos positivos a esses alunos. Este fato reforça a hipótese de que as leis criadas nos últimos anos, aliada a discussão do tema e a adoção de ações eficazes tem sido de grande importância para a inclusão de alunos com Síndrome de Down. Isso pode ser comparado às palavras de Salles *et al.* (2015) que afirma que a mera existência de leis e/ou declarações não é capaz de reverter as representações e práticas de segregação entre pessoas com e sem deficiência, sendo necessário a combinação das leis com ações efetivas de promoção de inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado foi possível verificar que as crianças com Síndrome de Down possuem capacidade de aprender, sendo através da educação verificada a melhora da qualidade de vida destas pessoas, já que através do ensino é possível o desenvolvimento de novas habilidades de forma eficaz e a autonomia.

A Síndrome de Down trata de uma alteração genética que é resultante da trissomia do cromossomo 21, logo cada célula possuirá 47 cromossomos, com a presença de três cromossomos de um tipo específico ligados ao par 21. A criança com Síndrome de Down pode ser diagnosticada através da análise clínica e através das características físicas ou pelo estudo genético. Quanto aos aspectos cognitivos estes apresentam maior habilidade de compreensão do que expressão.

Para que estes alunos sejam recebidos de forma adequada e tenham o melhor aproveitamento possível, é necessário o preparo adequado dos professores a fim de que estes estimulem de forma inclusiva a interação entre os alunos e consiga estimular de forma eficaz o aluno com Síndrome de Down. Para que isso ocorra, o professor deve buscar considerar o aprendizado de cada aluno de forma individualizada, ou seja, deve ser considerada dentro do coletivo as potencialidades e dificuldades cognitivas destes alunos. Para que isso ocorra é necessário que o professor busque se especializar através de cursos e palestras, busque desenvolver metodologias próprias e que se adapte à realidade do aluno e da escola. Esta por sua vez, deve fornecer aos professores recursos que possibilitem um bom trabalho, principalmente aqueles voltados aos estímulos visuais, isto é, a presença de salas multifuncionais que promovam condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos com alguma deficiência ou transtorno.

As metodologias adequadas para o trabalho do aluno com Síndrome de Down contam com a adaptação do conteúdo considerando o nível de conhecimento do aluno, a presença de elementos físicos e visuais na apresentação dos conteúdos, buscar dividir o conteúdo em tópicos e trabalhá-los de forma fragmentada, o desenvolvimento de uma linguagem simples e direta, utilização da repetição e de elementos concretos, evitando com isso o estímulo do raciocínio abstrato. Além das metodologias foi possível constatar que os estímulos externos que desenvolvam o interesse do aluno, como música e a interação com a família são importantes fatores para a melhoria das habilidades.

Dentre os benefícios analisados foi destacado que ao estudarem com crianças sem a síndrome os alunos com necessidades especiais puderam ter maior desenvolvimento social e emocional, uma vez que os colegas foram vistos como exemplos para nortear o comportamento. Além disso, é na escola que estas crianças vão ter a chance de desenvolver o senso crítico, formar identidade, opiniões e poderem desenvolver habilidades que facilitam o cotidiano. Por último, foi verificado que as crianças que estudam com estes alunos tiveram maior capacidade de desenvolver atitudes como tolerância, respeito ao outro e maior capacidade de diálogo.

Foi constatado através do estudo que a educação inclusiva para alunos com Síndrome de Down ainda enfrenta alguns desafios, principalmente no que diz respeito a formação de professores e a ausência de orientação pedagógica nas escolas. Além disso, foi verificado a importância da educação inclusiva na vida de alunos com Síndrome de Down e da família, sendo inúmeros os benefícios. Pode-se observar que a inclusão social tem ganhado a cada dia mais espaço nas escolas e na sociedade, no entanto para que ocorra de fato é necessário o apoio da população e o desenvolvimento de políticas educacionais que permitam a real implantação da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Sendo assim, deve-se garantir a estas pessoas os mesmos direitos e igualdade nas escolas.

O presente estudo tem grande relevância para a área da Educação Física, já que traz informações sobre um assunto tão atual e importante para os professores, preparando-os para o mercado de trabalho. Novos estudos a ser realizados sobre a mesma temática, poderão ser beneficiados permitindo que seja usado como fonte de informação para professores e acadêmicos ao lidarem com os alunos com SD.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hyana Mara Gomes Ferreira. **Disfunções Imunes na Síndrome de Down: uma revisão integrativa.** Cajazeiras, 2018.

ALVES, Maria Luiza Tamure. DUARTE, Edison. A participação de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: um estudo de caso. **Revista Movimento**, vol. 18, n. 03. Porto alegre, 2012.

ANHÃO, Patrícia Páfaro Gomes. **O processo de interação social na inclusão de crianças com Síndrome de Down em educação infantil.** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP – Área de concentração: Saúde na Comunidade, 2009.

BOTÃO, Raiana Bonatti de Sousa *et al.* **Busca e adesão a tratamento:** aspectos sociodemográficas e biológicas dos usuários com síndrome de down de um serviço de aconselhamento genético. Londrina, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa: **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **LEI Nº 7.853.** 1989. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Data de acesso: 07 de abril 2021.

BRASIL. **LEI Nº 9.394.** 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Data de acesso: 07 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória - ES, 2014.

BUTZKE, E. B. **A inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física:** Uma análise bibliográfica sobre a inclusão de crianças nas

escolas. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Católica de Vitória Centro Universitário, 2018. Disponível em:<www.ucv.edu.br>. Data de acesso: 29 de nov. 2020.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida. PIMENTEL, Susana Couto. **Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar.** In: Díaz, F., *et al.*, orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

CARMELLO NETO, Artur. **O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual: uma ação de formação continuada na escola.** Araraquara, 2019.

Conselho Federal de Educação Física. Educação Física Escolar. O retorno da obrigatoriedade é uma vitória que resgata a função primordial da disciplina: formar cidadãos. **Revista Educação Física**, n. 05, 2002. Disponível em:<https://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2002/N05_DEZEMBRO/02_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR.PDF> Data de acesso: 20 ago. 2021.

COSTA, Francinelly Messias Montalvão. **A inclusão do aluno com Síndrome de Down no ensino regular e a relação professor e família no processo educacional.** Aparecida de Goiânia, 2010.

COSTA, Laurinda do Nascimento. **A inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down: um estudo de caso.** Brasília, 2011.

COSTA, Vaniele Barbosa da. Inclusão escolar: os processos de escolarização de alunos com Síndrome de Down. **Revista Caparaó**, V. 1, n. 1, 2019.

FERRAZ, C. R. A., ARAÚJO, M. V. CARREIRO, L. R. R. Inclusão de crianças com síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Vol. 16 no. 1, jan./Apr, Marília, ABPEE, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. São Paulo: Artmed, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência.** 2010. Disponível em:<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20590-introducao.html>>. Data de acesso: 07 de abril 2021.

JORDE, Lynn B.; CAREY, John C.; BAMSHAD, Michael. **Genética médica.** Tradutores Giselle Guimarães Gomes, Luciene Faria de Souza Pontes. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

JUNIOR, Jairto Vitto. LIMA, Ana Lúcia dos Santos. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, v. 9, n. 1. Criciúma, Santa Catarina, 2011.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante**

para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MATA, C. S.; PIGNATA, M. I. B. **Síndrome de Down**: aspectos históricos, biológicos e sociais. Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás – CEPAE/UFG. 2014. Disponível em:
<[MUSSATO, L. N. S. **A inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2017. Disponível em:
<\[www.unisalesiano.edu.br\]\(http://www.unisalesiano.edu.br\)> Data de acesso: 25 de Nov. de 2020](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/TCEM2014-Biologia-CeciliaSilvaMAta.pdf%3F1454678032m%23:-:text%3DAspectos%2520biol%25C3%25B3gicos,a%2520forma%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520c%25C3%25A9lula%2520inicial.&ved=2ahUKEwjn6-mdr6_tAhUeGLkGHRy0DUUsQFjABegQIBBAF&usg=AOvVaw1gYqWq9yGnLE0Y2Qeh2li7.> Data de acesso: 20 Nov. 2020</p>
</div>
<div data-bbox=)

NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (NEPEF). **Projeto do núcleo de estudo e pesquisa em educação física**. Educação Física, Escola de Professores e Humanidade. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SAADA, Suad Nader. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Revista Brasileira Educação Especial**, v. 9, n. 1, 2003.

SALLES, William das Neves. ARAÚJO, Dorival. FERNANDES, Luciano Lazzaris. Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de educação Física. **Revista da Faculdade de educação Física da Unicamp**, vol. 13, n. 4, 2015.

SANTOS, V. L. P.; TRENTIN, F. E. Aspectos gerais da síndrome de Down: Uma visão biológica. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba. v. 1, n. 9, p. 15-31, 2017. Disponível em:
<<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2371>>. Data de acesso: 20 de nov. 2020

SILVA, Franciely Oliveira da; NASCIMENTO, Hércia Campelo do; SOARES, Miguel Henrique. **Inclusão escolar para crianças com síndrome de Down**. Espírito Santo, 2018.

SMEHA, Luciane Najar; OLIVEIRA, Vera Lúcia Pacheco de. Inclusão escolar: a perspectiva das mães de alunos com Síndrome de Down. **Revista Educação Especial**, vol. 27, num. 49. Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SOUSA, Marciana Vieira de. SILVA, Izabel Rodrigues da. SILVA, Rafael Soares. Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. **Revista Amor Mundi**, v. 1, n. 3. Santo Ângelo, 2020.

SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues; NASCIMENTO, Deisiane Aviz. A inclusão escolar e o aluno com Síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. **Revista educação & Formação**, V. 3, n. 9. Fortaleza, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

ANEXO 1

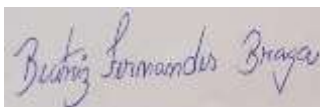
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

Eu, BEATRIZ FERNANDES BRAGA estudante do Curso de Educação Física, Matrícula: 20172004900079 telefone: 62994570832 e-mail: beatrizbiaafernandes@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)•, Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT)•, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 8 de dezembro de 2021.

Nome completo do autor: BEATRIZ FERNANDES BRAGA

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do professor-orientador: LUIZA DE MARILAC RIBEIRO CARDOSO

Assinatura do professor-orientador:



Goiânia, 8 de dezembro de 2021.